

GOLPE MILITAR E REMOÇÕES DAS FAVELAS CARIOCAS

REVISITANDO UM PASSADO AINDA ATUAL

MILITARY COUP AND REMOVALS OF RIO DE JANEIRO'S FAVELAS

REVISITING A PAST STILL CURRENT

RAFAEL SOARES GONÇALVES | Advogado com graduação pela UFRJ (2001), mestre e doutor em História e Civilização pela Universidade de Paris VII/Denis Diderot (2007) e pós-doutor no Laboratório de Antropologia da Escrita da École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS (2008). Professor adjunto da PUC-Rio.

MAURO AMOROSO | Mestre em História pela UFF e doutor em História pelo CPDOC/FGV. Professor da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) e da Universidade Cândido Mendes.

RESUMO

Além de analisar a participação ativa das políticas empreendidas pelo regime civil-militar em prol das remoções de favelas no Rio de Janeiro, o presente artigo pretende se centrar nas medidas repressivas utilizadas na época, tendo como foco de análise o caso da favela de Ilha das Dragas. Por fim, já no contexto da redemocratização, pretende-se analisar o processo de reconstrução do movimento social de favelados.

Palavras-chave: favelas; políticas de remoções; movimento social; história urbana.

ABSTRACT

In addition to analyzing the active participation of the urban policies undertaken by the civil-military regime in favor of the removals of Rio de Janeiro's favelas, this article intends to highlight the repressive measures used at this time, focusing on the case of the Ilha das Dragas favela. Finally, in the context of democratization, we intend to analyze the process of reconstructing the social movement of favela dwellers.

Keywords: favelas; removal politics; social movement; urban history.

RESUMEN

Además de analizar la participación activa de las políticas emprendidas por el régimen cívico-militar en favor de las erradicaciones de las favelas en Río de Janeiro, este artículo pretende centrarse en las medidas represivas del régimen, centrándose en el caso de la favela Ilha das Dragas. Finalmente, en el contexto de la redemocratización, se pretende analizar el proceso de reconstrucción del movimiento social de los habitantes de favelas.

Palabras clave: favelas; políticas de erradicación; movimientos sociales; historia urbana.

INTRODUÇÃO

As remoções têm sido um espectro constante a assombrar a história das favelas, não apenas do Rio de Janeiro. No caso da “cidade maravilhosa”, sua presença é vista desde o início do surgimento desses espaços, quando os moradores tinham seus barracões destruídos pelo policiamento na virada do século XIX para o XX, o que muitas vezes os levava a adotar táticas como construir suas moradias precárias à noite, nos topos dos morros, justamente para evitar a presença da guarda.¹

A erradicação de favelas ganha corpo ao longo da primeira metade do século XX, caminhando para se tornar uma prática consolidada do poder público. Entretanto, a transformação dessa abordagem em uma política pública de larga escala é notada, principalmente, a partir dos anos de 1960. Formatada após 1962, durante a administração estadual da Guanabara de Carlos Lacerda (1960-1965), a política de remoções foi federalizada pelos militares após 1964. Além de ser um dos diversos elementos da sólida estrutura que formaram a política habitacional, um dos principais pilares da política econômica do período, deixou o seguinte saldo: eliminação de históricas favelas do valorizado metro quadrado da zona sul carioca, mais visivelmente nos bairros do Leblon e da Lagoa, contribuindo consideravelmente para a construção de um espaço urbano segregado e prejudicando um grande contingente populacional a ter acesso a serviços diversos e oportunidades de emprego.

No auge do período repressivo da ditadura militar, notadamente nos anos de 1969 e 1970, as remoções incorporaram os elementos arbitrários, o que resultou em violências e prisões políticas visando à desmobilização de qualquer resistência contra a erradicação das favelas.

Desse modo, além de analisar a participação ativa das políticas empreendidas pelo regime civil-militar em prol das remoções de favelas no Rio de Janeiro, o presente artigo pretende se centrar nas medidas repressivas utilizadas na época, estabelecendo uma reflexão especialmente sobre o caso da favela de Ilha das Dragas. Por fim, já no contexto da redemocratização, pretende-se analisar o processo de reconstrução do movimento social de favelados a partir da construção de uma memória sobre sua atuação histórica.

A POLÍTICA HABITACIONAL NA DITADURA E AS REMOÇÕES DE FAVELAS

O tema habitacional ganha destaque a partir do início dos anos de 1960. Ainda sob os efeitos políticos da revolução cubana, há um esforço tanto por parte do governo federal quanto pelo governo do recém-criado estado da Guanabara de discutir a questão urbana e fazer frente ao déficit habitacional. O presidente João Goulart criou, em 1962, o Conselho de Política Urbana (Copurb), procurando centralizar e articular o conjunto dos organismos

¹ Depoimentos que apontam essa tática podem ser vistos em Pandolfi; Grynszpan, 2003.

que tratavam das questões urbanas no país. Além disso, a partir das discussões realizadas no famoso Seminário sobre a Habitação e Reformas Urbanas, realizada em julho de 1963, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, foi submetido ao Congresso Nacional um projeto de lei, cuja meta era uma profunda reforma da política urbana, que constituiria o primeiro passo para a formulação de soluções baseadas em novos fundamentos, para o problema da habitação e, em particular, a habitação popular. O golpe civil-militar impediu a avaliação e aprovação desse projeto de lei (Gonçalves, 2013, p. 208).

A chegada ao poder do jornalista Carlos Lacerda, como primeiro governador do estado da Guanabara,² trouxe mudanças substanciais na forma de atuação política no Rio de Janeiro, com grandes repercussões na questão habitacional. O dinamismo de sua administração (de dezembro de 1960 a outubro de 1965), sua oposição feroz ao governo federal e suas ambições presidenciais mantiveram a cidade do Rio de Janeiro no centro do tabuleiro político nacional, apesar de haver perdido o status de capital nacional.

No tocante aos problemas habitacionais e, mais especificamente, às favelas, ele criou a Coordenação dos Serviços Sociais e a confiou ao professor José Arthur Rios.³ Este, por sua vez, voltou os seus esforços para medidas de urbanização de favelas, o que trouxe pesadas críticas por parte do mercado imobiliário, ainda mais porque o estado da Guanabara estava a ponto de receber um vultoso empréstimo dos Estados Unidos para instalar uma ambiciosa política de construção de casas populares. O governador Carlos Lacerda acabou finalmente exonerando José Arthur Rios, em maio de 1962, e nomeando Sandra Cavalcanti, que teria como missão instaurar um vasto programa de erradicação das favelas.

As críticas às remoções não tardaram, inclusive pelos próprios financiadores do projeto. De acordo com Gonçalves (2013, p. 218), a Aliança para o Progresso chegou a declarar, em março de 1966, que era importante reconsiderar as políticas de construção em massa de conjuntos habitacionais (Finep-GAP, 1983, p. 68). A USAID, por sua vez, declarou, um pouco depois, que do ponto de vista financeiro a solução da urbanização parecia mais indicada, pois o custo de cada habitação reabilitada *in loco* estava estimado em quinhentos dólares, ao passo que o custo de cada habitação nova construída no âmbito da política de remoção estava estimado, na época, em um mil dólares (Santos, 1979, p. 55). O relatório Wagner, elaborado em 1966 por três especialistas internacionais (Wagner, Macoy e Edwards), havia insistentemente aconselhado mudanças na política da USAID e do governo do estado da Guanabara, no que tange aos reassentamentos de favelas (Santos, 1979, p. 149).

Apesar das críticas internacionais e do fracasso que já se desenhava das políticas remocionistas, o regime civil-militar se apoiou em grande parte na experiência da

2 Lacerda foi apoiado pela UDN e pelo PSD, e derrotou o candidato do PTB, Sergio Magalhães.

3 José Arthur Rios era ligado ao movimento Economia e Humanismo do padre dominicano francês Joseph Lebret. Ele chegou mesmo a administrar o escritório desse movimento no Rio de Janeiro e tornou-se uma referência em favelas, ao coordenar a elaboração de um volumoso relatório sobre as favelas, publicado no jornal O Estado de São Paulo, em abril de 1960.

Guanabara para formular a política federal de habitação. A partir do modelo de modernização conservadora do país, a questão habitacional tornou-se um dos pilares da atuação do regime (Azevedo; Andrade, 1982, p. 57). A citação a seguir da carta enviada por Sandra Cavalcanti, no mês de abril de 1964, ao presidente da República ilustra essa observação:⁴

Prezado amigo presidente Castelo,

Aqui vai o trabalho sobre o qual estivemos conversando. Estava destinado à campanha presidencial do Carlos, mas nós achamos que a Revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter de nos esforçar para devolver a elas certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre as suas feridas cívicas (Cavalcanti, 1978, p. 43).

Segundo Sandra Cavalcanti (1978, p. 42), o Plano Nacional da Habitação foi a mensagem n. 1 da revolução de março de 1964, e a principal referência da revolução para o povo. O problema da crise habitacional deveria resolver-se pela aplicação das “leis do mercado”, o que conduziu, por exemplo, à revisão da lei do inquilinato para estimular o mercado imobiliário rentista, pondo fim à longa política de controle rígido dos aluguéis que datava de 1942.

Nesse contexto, o regime procurou estabelecer uma espécie de parceria entre o setor privado e os poderes públicos. A estes caberia orientar a política da habitação, concentrando-se notadamente sobre as medidas normativas, ao passo que os atores privados se encarregariam de sua efetiva aplicação. Foram criados, assim, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e seu braço executivo, o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Com o objetivo de assegurar recursos para o funcionamento do BNH, o novo regime instituiu, em 1966, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS). Segundo Ermínia Maricato (1987, p. 46-47), é importante salientar que o aumento de 8% no custo salarial foi largamente absorvido pelo setor privado, e até mesmo compensado por uma maior flexibilidade da mão de obra, como também pela liberação de grandes recursos bloqueados para assegurar a estabilidade decenal, com o pagamento das indenizações obrigatórias no caso eventual de dispensa de empregados com mais de dez anos de trabalho. Além da poupança privada forçada, o FGTS, a criação das cadernetas de poupança permitiu, como analisa Prado e Earp (2012, p. 216), que amplos setores da classe média poupassem com garantias do Estado e com taxas reais positivas. Estes recursos viabilizaram os programas executados pelo Banco Nacional de Habitação.

4 Sandra Cavalcanti, secretária de Serviços Sociais do Estado da Guanabara, deixou a administração Carlos Lacerda para se tornar a primeira presidente do novo Banco Nacional da Habitação, criado em agosto de 1964.

Em resumo, os meios empregados pelo regime militar para aplicar a política habitacional tornaram-se mais importantes do que os próprios objetivos dessa política. A estrutura do BNH ensejou não apenas a orientação da poupança popular em direção a investimentos de longo prazo – o que atenuou assim um possível processo inflacionário –, mas também permitiu o desenvolvimento da indústria da construção civil, ampliando o mercado de trabalho não qualificado para absorver o fluxo crescente dos migrantes, em decorrência do êxodo rural. Essa política estimulou ainda o desenvolvimento do mercado imobiliário, não apenas por meio de uma maior oferta de financiamentos, mas também através do apoio financeiro dado às políticas de reassentamento que liberaram uma grande quantidade de terrenos extremamente valorizados.

A eleição de Negrão de Lima, em 1965, trouxe inicialmente um alento para o movimento favelado com a perspectiva de que o ritmo das remoções diminuiria. O novo governador criou inclusive a Companhia de Desenvolvimento das Comunidades (Codesco) com o objetivo de urbanizar favelas. A Codesco teve uma atuação limitada, tendo urbanizado integralmente somente a favela de Brás de Pina, onde o seu antecessor, Carlos Lacerda, teve a sua maior derrota política, quando não conseguiu remover essa favela diante da mobilização política da Fafeg (Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara) e da Igreja Católica, através da atuação local do padre Artola.

No entanto, as chuvas dos verões de 1966/1967 recolocaram as remoções na ordem do dia, justificando a retomada das políticas de erradicação de favelas. Desse modo, foi criado, em 1968, a Chisam (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana), autarquia do governo federal responsável pelo programa de remoções na Guanabara e Grande Rio. Como a Chisam dispunha de um grande número de terrenos de propriedade da União no Rio de Janeiro, ela pôde relançar o projeto de erradicação das favelas.

O estado da Guanabara, por sua vez, iria apoiar os esforços, através da Secretaria dos Serviços Sociais, encarregada de elaborar os estudos socioeconômicos prévios às operações de remoção, da Cohab-GB, encarregada não apenas de construir os conjuntos habitacionais, mas também de comercializar os novos apartamentos aos favelados (Valladares, 1978, p. 78). Foi, paradoxalmente, durante a administração do opositor ao regime, Negrão de Lima, que mais se removeu na cidade, tendo como foco principal as favelas localizadas na Zona Sul da cidade, conforme nos descreve o relatório da Cohab-GB (1969, p. 17) sobre a remoção da favela da Praia do Pinto:

Enquistado no coração do Leblon, foco de preocupação permanente, em resultado das péssimas condições sanitárias em que vegetavam seus moradores e dos aspectos sociais que o problema acarretava, a erradicação dessa favela assinalou um verdadeiro acontecimento na vida da população da Zona Sul.

O ritmo das remoções, conforme demonstra a tabela a seguir, diminuiu consideravelmente durante o governo de Chagas Freitas (1971-1975) e, após a extinção da Chisam em 1973 (Brum, 2012, p. 371), foi definitivamente interrompido a partir de 1974:

TABELA 1. REMOÇÕES NO ESTADO DA GUANABARA: 1962-1974

PERÍODO	NÚMERO DE PESSOAS REMOVIDAS
Carlos Lacerda: 1962-1965	41.958
Negrão de Lima: 1966-1967 (enchentes)	6.685
Negrão de Lima: maio/1968-março/1970	63.910
Chagas Freitas: março/1970-março/1974	26.665
Total	139.218

Fonte: Valladares, 1978, p. 39.

Se de um lado, a política habitacional serviu para as remoções, de outro permitiu drenar os recursos da poupança obrigatória para grupos mais favorecidos. Como explica Ermínia Maricato (1987, p. 54), a atuação do banco passou por uma profunda crítica diante do fracasso das políticas de remoção, que apresentavam, aliás, um volume importante de inadimplência dos financiamentos. Nesse sentido, foram criados pelo BNH novos programas, já no final dos anos de 1970, que se afastavam do modelo tradicional de atuação do banco, voltado para o financiamento de grandes conjuntos habitacionais construídos em áreas distantes.⁵

O desenvolvimento econômico do regime de 64, além de valorizar a minoria proprietária de bens de capital, procurou ampliar a possibilidade de consumo de uma classe média alta, inclusive via financiamento habitacional, que poderia formar um mercado de bens duráveis de consumo de dimensões adequadas. Com exceção das operações de remoção, os programas financiados pelo BNH não atingiam com eficácia os mais miseráveis. A má distribuição de renda era, assim, uma característica estrutural do sistema, sem a qual o dinamismo econômico desse período não seria possível (Prado; Earp, 2012, p. 230-231).⁶

Desse modo, podemos ver que desde os anos de 1960, a política de remoções foi um importante elemento para a consolidação de uma política econômica calcada na construção de moradias e na especulação imobiliária, investindo no financiamento público para a obtenção de moradias. Esse quadro teve como um de seus resultados a erradicação de uma série de favelas, muitas localizadas em áreas de grande interesse do mercado imobiliário. Porém, deve-se ter em mente que os olhos desse segmento de atividade econômica estão voltados para favelas nessa situação desde antes dos anos de 1960. E a erradicação de favelas, seja através do poder público, seja através da iniciativa privada, tem como uma de suas consequências possíveis a criação de uma situação de mobilização dos moradores afetados.

5 Podemos citar, por exemplo, o Profilurb (programa de lotes urbanizados), o Ficam (programa de financiamento de melhoria e construção da habitação de interesse social), o Promorar (programa de erradicação da sub-habitação/projeto Rio da Maré) e o Prosindi (programa nacional de habitação para o trabalhador sindicalizado).

6 Segundo dados do DIEESE, o índice do salário mínimo despencou de 100 em 1960 para 53 em 1983 (Maricato, 1987, p. 60).

Com isso, é possível notarmos formas diversas de organização de habitantes desses espaços desde os anos de 1920 (Fischer, 2008; Gonçalves, 2013). Seu grau de atuação, estruturação e participação é bastante variável, e suas reivindicações vão desde o puro direito à permanência a propostas mais amplas de intervenção no espaço urbano e acesso à cidadania. Ou seja, o histórico do associativismo de favelas é um objeto riquíssimo sobre o qual procuraremos, agora, entender algumas questões possíveis: como esse movimento social tentou enfrentar as remoções dos anos de 1960? Como a ditadura iniciada em 1964 vai lidar com a repressão a esse movimento? E, por fim, como, durante a abertura, a construção de uma memória sobre a mobilização política das favelas criará representações sobre suas reivindicações históricas e a repressão por ela sofrida?

A RESISTÊNCIA ÀS REMOÇÕES E O CASO DA ILHA DAS DRAGAS

O período imediatamente anterior ao golpe de 1964, como amplamente debatido pela historiografia, foi um momento de grande mobilização da sociedade brasileira, de seus setores mais conservadores aos mais progressistas.⁷ O movimento social de moradores de favelas não poderia deixar de ser afetado por este quadro. Porém, é preciso que se faça uma ressalva.

Tradicionalmente, o ponto inicial do surgimento de uma organização política dos moradores de favelas é marcado nos anos de 1950, com a criação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF).⁸ Contudo, produções mais recentes atentam para o fato de que já existia um movimento organizado, embora suas entidades atuassem na esfera local de cada favela, em diferentes localidades desde os anos de 1920. O diferencial da UTF seria uma proposta de organização ampla e aglutinação das entidades representativas desse segmento da sociedade em prol da construção de um projeto de intervenção no espaço urbano, visando garantir o acesso às oportunidades e serviços diversos ofertados pela urbe, dentro da lógica do que Henri Lefebvre (2001) chamou de “direito à cidade” (Fischer, 2008; Gonçalves, 2013).

Entretanto, quando se trata dos anos de 1960, muitas vezes tem-se a tendência de focar a análise da mobilização dos moradores de favelas no âmbito da Federação de Associação

7 A bibliografia que analisa as causas do golpe de 1964 é extensa, uma vez que se trata de um dos temas mais abordados pela ciência política e pela história nos últimos quarenta anos. Causas estas muitas vezes abordadas pela ótica do colapso do “populismo” que teria vigorado no período democrático vigente entre 1945 e 1964. Porém, o próprio conceito de “populismo”, assim como seu “colapso”, é objeto de problematização e historicização, e, para o acompanhamento de tal debate, deve-se fazer referência à coletânea organizada por Jorge Ferreira (2001). Sobre a questão da polarização que precedeu a tomada do poder em 1964, ver o artigo de Daniel Aarão Reis Filho nesta mesma coletânea, e para um debate historiográfico sobre o golpe ver artigo de Carlos Fico (2004).

8 Entidade surgida em 1954, na favela do Borel, em um contexto de um processo judicial de despejo na localidade. Posteriormente, a partir dessa articulação, foi criada a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Rio de Janeiro (CTFRJ). As atividades da UTF foram encerradas após o golpe de 1964, quando seus principais nomes passaram a ser objeto de perseguição política. Um debate tradicional no campo das ciências sociais sobre a União pode ser visto em Trindade (1989). Para uma produção mais recente, ver Fischer (2008), Amoroso (2012) e Gonçalves (2013).

de Moradores de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), criada em 1962. Nísia Trindade (1989) define a atuação da Fafeg em dois momentos. No primeiro, de sua fundação a 1967, teríamos uma ação mais moderada e voltada para diferentes temas, inclusive com articulações a um setor do empresariado que fazia parte do complexo Ipes/Ibad de oposição a João Goulart (Trindade, 1989, p. 187). No entanto, mesmo durante esse período mais moderado, a instituição se posicionou contrária às remoções do governador Carlos Lacerda, conforme demonstra o célebre slogan “Urbanização sim, remoção não”, durante o seu primeiro congresso, realizado em 1964. Essa resistência assumiu grandes proporções, notadamente no momento das operações de remoção das favelas do Esqueleto e de Brás de Pina, tendo, inclusive, fracassado, como citamos anteriormente, a remoção dessa última, caracterizando-se como o grande fracasso da política de remoção de Lacerda (Gonçalves, 2013, p. 242).

No segundo momento, que teve como marco a eleição da diretoria capitaneada por Vicente Mariano, o que se nota é uma oposição mais ampla à política de remoções em curso e a concepção do movimento de favelas como um “movimento de classe” (Trindade, 1987, p. 181). O II Congresso de Favelados, ocorrido em novembro de 1968, formulou uma crítica virulenta ao balanço das primeiras remoções,⁹ trazendo reflexões que questionavam o controle estrito dos poderes públicos sobre o funcionamento das associações de moradores, e reivindicava a urbanização das favelas, inclusive com a regularização fundiária do solo (Trindade, 1987, p. 197).¹⁰

De fato, não se pode ignorar a ascendência da Fafeg na mobilização dos moradores de favelas. Contudo, o papel da UTF não deve ser vilipendiado ou apenas considerado como de relevância somente até o final dos anos de 1950. No dia primeiro de abril de 1964, como podemos ver, Magarinos Torres fez o seguinte discurso na rádio Mayrink Veiga:

Trabalhadores favelados, a palavra de ordem da União dos Trabalhadores Favelados, reunida esta noite, para que os seus milhares de associados de todas as favelas do estado da Guanabara, se mantenham com seus rádios sintonizados com a Mayrink Veiga, cumprindo ordens do CGT, permaneçam em suas casas, obedientes à greve geral decretada. Organizem-se em grupos de 11, sob a chefia de um chefe e subchefia de outro trabalhador. Homens e mulheres favelados escolham o comandante geral e o seu substituto e subchefe. Destes grupos de chefe escolham o comandante geral de cada favela, deve levar seu mandato à sede da União dos Trabalhadores Favelados, na rua São

9 A convocação para esse congresso foi publicada no *Jornal do Brasil*, no dia 3 de novembro de 1968: “Com o trabalho do homem a cidade cresce, o progresso aproxima-se das áreas onde você habita, crescendo a cobiça desses lugares, já valorizados. Embora a lei seja igual para todos, sempre vence o mais forte, e surgem as remoções para lugares longínquos, trazendo vários transtornos para o homem que vive de salário. O que será do trabalhador quando a cidade chegar em Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus? Para onde você vai?”.

10 A questão da regularização da posse ocupou um lugar importante nos debates, como demonstram os títulos de reportagens dos jornais de época sobre o II Congresso dos Favelados: “Favelados do Rio resolvem reivindicar o direito de possuir a terra que ocupam”. *Jornal do Brasil*, 26 de novembro de 1968; “Favelados querem a posse da terra para urbanizá-la”. *Correio da Manhã*, 1º de dezembro de 1968.

Miguel, na Tijuca, um representante. As ordens do comando geral dos favelados serão dadas através da rádio Mayrink Veiga. Devem, portanto, vocês em todas as favelas, manterem seus rádios sintonizados com a Mayrink Veiga, e onde haja alto-falantes, esses alto-falantes devem ficar sintonizados com a RMV. A determinação dos trabalhadores favelados é de apoio à legalidade, na defesa do mandato do presidente João Goulart, contra os golpistas, contra a ameaça do governador Carlos Lacerda [...]. Se o sr. ministro da Guerra ordenar, os trabalhadores favelados em defesa da legalidade do mandato de Jango farão qualquer sacrifício e o cumprimento de qualquer ordem. As armas chegarão às nossas mãos em defesa do homem que traz o legado da carta de pensamento de Getúlio, e os favelados não se esquecem de que Vargas foi sacrificado pelos gorilas, lembrou-se dos trabalhadores pobres no seu último instante de vida. Ele deixou escrito e consagrado: levo pesar de não ter podido fazer pelos humildes tudo aquilo que desejo. Jango vai tornar realidade a função dos problemas dos favelados com a reforma agrária, pois vocês sabem disso, são camponeses que vieram para a cidade tangidos pela miséria e pela falta de terra para trabalhar. Atentos à rádio Mayrink Veiga, que ordens partirão daqui, se usar a força, contra a violência do governador fascista.¹¹

As menções a Vargas e Brizola, a sugestão de formar “grupos de onze”¹² nas favelas, o chamado à defesa do governo de João Goulart, além da clara oposição aos que se movimentaram para a queda de Goulart, principalmente no tocante a Lacerda, inimigo histórico de Magarinos Torres, revelam o posicionamento assumido pela UTF, na figura de um de seus mais relevantes atores.¹³ De fato, conforme dito anteriormente, a União foi desarticulada logo após o 31 de março de 1964, e Magarinos Torres viria a falecer apenas dois anos depois, em 15 de outubro de 1966.¹⁴ Contudo, a retomada de luta pela Fafeg, sobretudo com o foco contra as remoções durante o congresso de 1968, mostra um dos principais elementos de reivindicação histórica do movimento associativo de favelas: o direito à permanência.

11 APERJ. Fundo Polícia Política da Guanabara, prontuário n. 47.727, folha 22.

12 Tática criada no final de 1963 por Leonel Brizola, na época deputado federal, para implementar as reformas de base. A ideia era criar uma grande mobilização como ferramenta de pressão. Cada grupo, como o nome já revela, era formado por onze pessoas, uma destas assumindo papel de liderança. Onze grupos compunham uma unidade-distrito, 22 distritos uma província e 11 províncias uma região. Logo após o golpe, o movimento foi desarticulado. Para maiores detalhes consultar o verbete “grupo dos onze” em <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/consulta>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

13 Entretanto, deve-se ter em mente que o movimento social de favelas foi, assim como ainda é, um objeto rico e complexo, que apresenta diversas identidades e posicionamentos políticos, muitos conflitantes entre si. A própria UTF, nos anos de 1950 e 1960, não foi um bloco homogêneo, pois apresentava disputas internas, inclusive com membros de sua diretoria, no núcleo do Borel, local onde era mais forte, realizando denúncias à polícia política sobre “infiltração comunista”, como forma de buscar enfraquecer adversários, sejam eles ligados ao PCB ou não (Amoroso, 2012).

14 Para maiores detalhes do impacto do movimento de 1964 sobre a UTF e o falecimento de Magarinos Torres ver Amoroso (2012).

O AI-5, como amplamente debatido, resultou em uma série de restrições a direitos civis e políticos diversos, aprofundando o pano de fundo repressivo instaurado em 1964. O movimento social de favelas não passou incólume, e os anos de 1969 e 1970 foram os mais dramáticos da política remocionista, com a plena atuação da Chisam. Nesse período, ocorreram alguns dos mais marcantes episódios das remoções, centradas no mais valorizado metro quadrado da cidade, nos bairros do Leblon e Lagoa Rodrigo de Freitas. Aquele que foi o episódio mais marcante das remoções, a erradicação da favela da Praia do Pinto, ocorreu após um incêndio, oficialmente dado como de “causas desconhecidas”, no dia 10 de maio de 1969 (Amoroso, 2011, p. 127-129).

Tentativas de remoções dessa favela ocorreram desde os anos de 1950, sempre enfrentando um quadro de resistência considerável por parte de seus moradores. O episódio suscita as seguintes imagens na memória de residentes de favelas, não necessariamente da Praia do Pinto, conforme depoimento de Alberto Jacob¹⁵ (Amoroso, 2011, p. 130): “ali (Praia do Pinto) era uma grande favela que tacaram fogo. [...]. Os helicópteros que sobrevoavam a favela para [...] que pareciam jogar água em cima para apagar o fogo, ao contrário, jogavam combustível para queimar mais barracos ainda”. Tal afirmação não deve ser considerada em seu sentido literal, mas como uma construção do imaginário para reforçar, através de uma metáfora, o sentido de expulsão do valorizado espaço onde se localizava a favela, construindo assim uma “memória subterrânea” (Pollak, 1989) sobre essa remoção.¹⁶

Entretanto, o caso ao qual gostaríamos de nos ater é o da remoção da favela Ilha das Dragas. Tratava-se de uma pequena favela localizada ao lado do Clube Caiçaras, cujo surgimento data dos anos de 1930, quando seus próprios moradores realizaram uma série de aterros na região (Amoroso, 2012, p. 135). Muitos trabalhavam nas redondezas, incluindo o clube em questão. Sua remoção ocorreu em fevereiro de 1969, antes da Praia do Pinto, e é caracterizada por uma forte mobilização de resistência, datada desde o ano anterior, a despeito do pequeno tamanho da localidade.¹⁷

Em 8 de fevereiro de 1969, o *Correio da Manhã* noticiava: “Os quatro principais dirigentes da Associação de Moradores de Ilha das Dragas – favela ameaçada de remoção – foram sequestrados por pessoas que estavam em uma camioneta placa GB-30-92-30 e levados para lugar ignorado”. Foram levados Carlos Santos de Jesus, presidente da Associação, Laureano

15 Reconhecido e premiado repórter que foi morador da favela da Catacumba e de lá removido em 1970.

16 Não cabe aqui fazer um julgamento sobre esse incêndio, mas é interessante sublinhar que outras fontes levantaram a hipótese dele ter sido criminoso: “Na verdade, mesmo que tenham ocorrido casos isolados de arbitrariedades de construtoras inescrupulosas, é interessante observar que, se o mercado imobiliário é nascente de especulações premeditadas e desonestas, esse tipo de erro não é característica exclusiva da iniciativa privada, pois o Estado, quando sente ventos favoráveis, é capaz de tornar-se um agente encorajador. Na Guanabara, até hoje não ficaram devidamente esclarecidas as circunstâncias em que se incendiou, com uma rapidez fulminante, a favela da Praia do Pinto” (“A grande feira imobiliária”, *Veja*, 7/11/1973 apud Brum, 2013).

17 “Favela finca o pé e não quer mudar”. *Correio da Manhã*, 5/9/1968; “Moradores da Ilha das Dragas reagem ao plano da Chisam” e “Favelado a Negrão: remoção para a Zona Norte não é a solução”, ambos em *Correio da Manhã*, 4/9/1968. Seus moradores acabaram removidos para conjuntos habitacionais como Cidade Alta e Cidade de Deus.

Martins, João Ribeiro de Almeida e Nicanor Rios, estes dois últimos de seus trabalhos em Copacabana e na rua Acre, respectivamente. A matéria informa que Carlos Santos de Jesus e Laureano Martins foram abordados por dois homens armados.¹⁸

O caso teve repercussão a ponto das esposas dos desaparecidos serem recebidas pelo então governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, que chegou a prometer “empregar todos os esforços para localizar os quatro líderes favelados de Ilha das Dragas”.¹⁹ Em 1969, o *Correio da Manhã* já tinha sua atuação caracterizada pela crítica à ditadura, em considerável parte movida pelos “desaparecimentos” promovidos pelo governo (Oliveira, 1996).



Fotografia de Luiz Pinto, 25/1/1969. Acervo fotográfico do Correio da Manhã, Arquivo Nacional

¹⁸ “Raptados 4 líderes dos favelados”. *Correio da Manhã*, 8/2/1969.

¹⁹ “Negrão vai fazer força para achar líderes favelados”. *Correio da Manhã*, 11/2/1969.

Porém, a última reportagem sobre o caso data de 12 de fevereiro de 1969, apenas oito dias após a primeira, sem que se tenha informado o final do ocorrido. Tal afirmação, no entanto, deve ser considerada à luz da censura prévia e das dificuldades financeiras sofridas pelo periódico justamente por estar no campo da oposição ao governo. A remoção da Ilha das Dragas terminou no dia 25 de fevereiro, sem que se tivesse mais notícia de seus desaparecidos.²⁰

A seguinte fotografia diz respeito a uma imagem que mostra um retrato 3x4 de Carlos Santos de Jesus, de sua carteirinha de filiação à entidade denominada Confederação Espírita Umbandista, da qual, pelo que mostra a imagem, também era presidente. A foto não foi publicada em nenhuma reportagem sobre o ocorrido em Ilha das Dragas. Porém, possui uma importante relevância simbólica, uma vez que cumpre a função de “dar rosto ao nome”, agregando ainda mais valor à denúncia de desaparecimento. A opção pela sua não veiculação reflete uma decisão editorial que poderia ser explicada por uma série de elucubrações,



Fotografia de Luiz Pinto, 11/2/1969. Acervo fotográfico do Correio da Manhã, Arquivo Nacional

²⁰ “Ilha das Dragas fica sem favela”. *Correio da Manhã*, 25/2/1969.

inclusive as que envolvem o regime de censura prévia a qual estava submetida a imprensa. Atualmente, trata-se de um documento que forma o vasto e rico acervo fotográfico do *Correio da Manhã*, sob a guarda do Arquivo Nacional.

Essa fotografia pode ser vista, igualmente, como uma metáfora para se pensar a questão dos desaparecimentos políticos ocorridos em favelas durante a ditadura militar. O documento tinha tudo para se tornar um lugar de memória para o movimento social de favelas, e não convém aqui uma ampla análise, que necessitaria de outro espaço exclusivamente voltado para tal reflexão, sobre tal possibilidade não ter se efetivado. Mas cabe tomar a situação como ponto de partida sobre como o movimento de moradores de favelas construiu sua memória de atuação política logo após 1979 e o processo de abertura política.

O MOVIMENTO SOCIAL DE FAVELAS E A CONSTRUÇÃO DE SUA MEMÓRIA DE LUTAS DURANTE A REDEMOCRATIZAÇÃO

Após a ampla repressão de 1969, a Fafeg perde seu caráter combativo, passando apenas a atuar em questões parciais. Conforme mostra Nísia Trindade (1989, p. 203), suas lideranças se envolveram no processo de resistência de Ilha das Dragas e foram, logo depois, igualmente presas. A remoção da favela da Catacumba, na Lagoa, em 1970, marca esta nova diretriz, uma vez que a entidade encampou a decisão da associação local de não resistir às remoções e cooperar com os assistentes sociais da Fundação Leão XIII (Nísia Trindade, 1989, p. 205). Diante da repressão e desaparecimentos, observa-se, também, forte cooptação das lideranças locais, conforme descreve o trecho abaixo do artigo do *Jornal do Brasil*, de 2 de outubro de 1970, sobre os privilégios que birosqueiros e diretores da associação local, prontos a colaborar com o governo, gozavam durante a remoção dessa favela (Gonçalves, 2013, p. 232):

A remoção da favela da Catacumba começou ontem com a transferência das primeiras 28 famílias, todas de diretores da associação de moradores, sendo que 23 delas foram para o conjunto residencial da rua Guaporé, na Penha, e as cinco restantes para a Cidade de Deus [...]. Hoje, a limpeza vai continuar, pois serão removidas mais 36 famílias, todas de birosqueiros. Na segunda-feira, as mudanças começarão no ritmo previsto, com a transferência diária de 50 famílias.

Apesar do avanço das remoções, o III Congresso de Favelados, realizado em 1972, foi menos crítico às remoções, sustentando a necessidade dos moradores de colaborarem com os poderes públicos. No entanto, há uma reviravolta do movimento de favelados no final dos anos de 1970, quando uma nova geração começa a assumir a militância do movimento, pregando um caráter mais combativo, em um momento de ampla mobilização da sociedade brasileira sob a expectativa de uma maior abertura política (Brum, 2006). Tal quadro é visto em diversas favelas, e grupos que antes atuavam na luta armada passaram a disputar espaços nas associações locais, a exemplo da favela do Borel, na Tijuca (Amoroso, 2012).

De fato, ao analisarmos o livro de Guida Nunes²¹ (1980, p. 62), já temos a sugestão de que o próprio Magarinos Torres teria sido uma vítima da ditadura: “Contudo, ela (UTF, após o golpe de 1964) continuou a existir até 1965, quando Magarinos foi assassinado no estado do Rio, em condições nunca esclarecidas”. No entanto, essa versão sobre Magarinos, por mais que ele tenha sido perseguido pela ditadura, exilado e passado um tempo na clandestinidade, não corresponde aos fatos. Seu falecimento, conforme já citado, ocorreu em 15 de outubro de 1966, devido a problemas cardíacos, indicando uma doença congênita que ataca os homens da família por volta dos cinquenta anos (Amoroso, 2012, p. 143). Ademais, morreu na sua própria casa, provavelmente com a plena ciência das autoridades de seu paradeiro.²²

Porém, Magarinos não teria sido a única “vítima” da ditadura. Basta lembrarmos o caso dos desaparecidos da Ilha das Dragas.²³ É possível ver certos depoimentos que associam as favelas a locais nos quais os perseguidos pelo regime militar se escondiam.²⁴ Entretanto, é interessante notar que a construção da memória dos moradores de favelas e de seu processo mobilizatório não aborda especificamente o período da ditadura.

Nos anos de 1977 e 1978, temos um quadro no qual o próprio mercado editorial revela uma série de obras críticas ao regime, muitas retratando denúncias de situações de tortura (Maués, 2009, p. 9-10). No tocante às favelas, além da já citada obra de Guida Nunes, cujo cunho memorialístico reside no fato de sua prosa ter sido construída a partir de depoimentos, outras duas obras merecem destaque. A primeira trata-se do livro *As lutas do povo do Borel*, escrita por Manoel Gomes, ex-militante do PCB, morador do Borel e antigo membro da UTF. A segunda é o livro *Varal de lembranças: histórias da Rocinha*, organizado pela antropóloga Lygia Segala em parceria com a União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR), cuja publicação foi financiada pelo Ministério da Educação e Cultura.

No caso de Manoel Gomes, a narrativa do livro é centrada na trajetória da UTF e na de Magarinos Torres até 1964, terminando com o relato do golpe (Gomes, 1980, p. 73):

21 Jornalista portuguesa, também autora de *Rio, metrópole de 300 favelas* (1976), que escreveu a obra citada a partir de relatos de moradores obtidos de sua experiência no jornalismo do Rio de Janeiro.

22 Para conhecer mais sobre a vida de Magarinos Torres, aconselhamos o documentário *Dr. Magarinos, advogado do morro* (2014), idealizado por Rafael Soares Gonçalves e Mauro Amoroso e dirigido por Ludmila Curi.

23 Não se sabe qual foi o fim deste acontecimento. De fato, o paradeiro dos quatro pode ser desconhecido. Ao se fazer uma pesquisa de seus nomes nos acervos digitais do projeto Memórias Reveladas, nada é encontrado. Não podemos afirmar que se trata de pessoas cujo paradeiro é ignorado, embora não se deva negar tais indícios. Contudo, cremos que o questionamento deva assumir o seguinte direcionamento: mesmo que tais indivíduos tenham retornado para suas famílias, não se desconsiderando a grande possibilidade disso não ter ocorrido, por que não houve uma mobilização do movimento social de favelas para que este caso não tenha se consolidado como um lugar de memória da mobilização desse segmento da sociedade durante o auge da repressão do período militar?

24 Esta reportagem, feita a partir de depoimentos de moradores de favelas, demonstra tal versão, que envolve alguns nomes de conhecidos militantes que participaram da luta armada, como Stuart Angel, que teria se abrigado em uma favela da Penha. Disponível em: <http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&search_text_options=all&infolid=88&search_by_section=all&search_by_authname=all&search_by_field=tax&y=-225&search_by_state=all&search_by_priority=all&text=stuart+angel&x=-457&search_by_headline=false&search_by_keywords=any&query=simple>. Acesso em: 5 dez. 2013.

[...] até 1964, quando houve uma reviravolta no sistema político brasileiro com a deposição do presidente João Goulart, e cassado os mandatos dos legítimos representantes do povo [...] pagando bem caro pelo desprendimento em defender os injustiçados trabalhadores brasileiros, a exemplo de outros que também pagaram pelo mesmo crime.

O próprio *Varal de lembranças* aborda a memória dos moradores da Rocinha desde o surgimento dessa localidade, e trata de figuras míticas da história política nacional, como Tenório Cavalcanti (UPMMR, 1983, p. 68), mas não aborda a questão da resistência durante a ditadura. É possível encontrar, no início dos anos de 1980, uma entrevista de Irineu Guimarães, presidente da Federação das Associações de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), órgão no qual se tornou a Fafeg após a fusão do estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro, em 1975, que faz menção direta ao morro do Borel e à UTF como referência de organização e mobilização, sem que se fizesse menção à própria combativa Fafeg da administração de Vicente Mariano: “O Borel representa toda uma tradição de luta nos trabalhos para a filiação em 1954, apoiado pelo único deputado que tínhamos, Roberto Morena” (Costa, 1980, p. 24).

Não se deve ter a impressão que a construção da memória do movimento associativo de favelas, que floresce nos anos de 1980, e segue ao longo dos anos de 1990 e 2000, é feita de forma apolítica. Muito pelo contrário, tal ato permeia a questão do direito à permanência e à cidade de forma constante, sublinhando o esforço, e risco, das entidades associativas em garantir não apenas a permanência, mas o acesso a todo um universo de direitos (Amoroso, 2012). No entanto, é notório que, mesmo no período da redemocratização, esses discursos de memória não sublinham a participação de moradores de favelas na resistência ao regime militar, contudo, ao mesmo tempo, reforçam a ação política desse segmento da sociedade desde os primórdios do século XX.

Diante desse cenário, alguns questionamentos são válidos: a causa de tal situação seria explicada por certo temor de construir discursos diretamente contrários ao regime em um período, no caso o início dos anos de 1980, que por mais que se caminhasse para a abertura política ainda estávamos em uma ditadura? A referência prioritária à UTF se explicaria pelo fato de tal entidade apresentar uma proposta de intervenção do espaço urbano e de um projeto de cidadania que incluísse os moradores de favelas, ao contrário da Fafeg que com as perseguições políticas após 1968 acabou compactuando com o regime? Será que mesmo após cinquenta anos, a ditadura continua silenciando a memória daqueles que militaram nas favelas durante os anos de chumbo?

CONCLUSÃO

A reflexão sobre o golpe militar e as políticas em relação às favelas se revela extremamente atual. Apesar de cinquenta anos do golpe e de quase trinta anos de democracia, muitas das medidas empreendidas durante a ditadura parecem persistir ou serem retomadas atualmente. O projeto Minha Casa Minha Vida retoma o princípio que conduziu à criação do

BNH, de procurar estimular a economia com a produção em massa de moradia popular em grandes conjuntos habitacionais periféricos. Da mesma forma, no contexto de preparação da cidade para os grandes eventos internacionais, tais como a Copa de 2014 ou os Jogos Olímpicos de 2016, observa-se que os interesses do mercado imobiliário pautam as políticas urbanas da cidade, inclusive com a retomada das políticas de remoção de favelas. Como nas décadas de 1960/1970, constata-se que o Estado, apesar dos discursos de proximidade empreendidas pelas UPPs, continua agindo nas favelas de forma autoritária e violenta, com práticas correntes de tortura e desaparecimento de moradores.

As próprias remoções voltaram à pauta, uma vez que o plano estratégico da cidade, vigente para os anos de 2013 a 2016, almeja a redução de 5% das áreas ocupadas por favelas até 2016.²⁵ Nesse contexto de preparação da cidade para os grandes eventos internacionais, o Rio de Janeiro tem passado por um novo ciclo de especulação imobiliária. As transformações no espaço urbano feitas em nome destes acontecimentos têm como um de seus reverses a realização de remoções e despejos.²⁶

No ano de 2013, o Brasil, assim como outros países em momentos distintos, apresentou uma série de manifestações diversas em suas capitais, muitas pautadas no tema da mobilidade urbana.²⁷ Um *slogan* comumente citado foi o do “gigante que acordou”, em alusão a um suposto período de falta de mobilização por reivindicações de cunho político. No entanto, diversos setores e entidades ligados a moradores de favelas se referenciou a esse *slogan* a partir da frase “a favela nunca dormiu”, como uma forma de sublinhar uma série de violações de direitos diversos sofridos por esta parte da população.

Tal situação é interessante para pensarmos a construção de uma memória de associativismo e reivindicações políticas pelo movimento social de moradores de favelas. De fato, como abordado anteriormente, não se nota um discurso sobre o passado específico das lutas da época da ditadura e de figuras como Carlos Santos de Jesus. Entretanto, não cremos que isso seja uma forma do movimento se desvincular das resistências desse período. Temos em vista a plausível hipótese que a referência a um período de ação política imediatamente anterior ao golpe de 1964, no caso, tendo como relevante ator a UTF e nomes como Magarinos Torres, deve-se à menção a um projeto de intervenção urbana e de acesso à cidadania mais amplo, coisa que a Fafeg, por exemplo, não possuía.

25 A informação pode ser encontrada na página 108 da versão disponibilizada *on-line* do documento em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/4104304/planejamento_estrategico_1316.pdf>.

26 Diversos setores da sociedade têm se organizado para debater os efeitos dos grandes eventos no espaço urbano das cidades brasileiras por eles afetados. Podemos mencionar, como exemplo, o Comitê Popular para a Copa e Olimpíadas, entidade sediada em diferentes capitais brasileiras. Na ausência de números concretos, o Comitê estima em 170 mil o número de pessoas removidas por obras preparatórias para os grandes eventos apenas no Rio de Janeiro, não estando presentes nesse número apenas moradores de favelas. O dossiê está disponível em <http://portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%C3%AA-nacional-de-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos>.

27 Para um debate introdutório dos movimentos ocorridos no Brasil, principalmente os que se convencionaram chamar de “Jornadas de junho”, ver Rolnik; Maricato et al., 2013. Para eventos similares em outras cidades, ver Harvey, 2012.

Esse quadro não deve ser encarado como uma forma de hierarquização de entidades e de agentes políticos. Assim, por que não pensarmos em um contexto no qual “a favela que nunca dormiu” pode unir as lutas do antes, durante e depois de 1964? Afinal, o acesso a serviços diversos e à moradia, calcada na permanência, não estaria por trás do engajamento das lideranças de Ilha das Dragas que foram presas em 1969, assim como de outras que vivenciaram situações de repressão anteriormente e posteriormente? Seguindo essa linha de pensamento, teríamos um quadro de pensamento profícuo, inclusive, para pensar historicamente e, por conseguinte, entender as ligações dos militantes e moradores interessados em construir uma cidade sem segregações de qualquer espécie, seja hoje, seja há cinquenta anos.

Ainda assim, não devemos ignorar que há uma importante lacuna a ser preenchida nessa trajetória de lutas. Que nomes como o de Carlos Santos de Jesus tornem-se mais frequentes na historiografia sobre a resistência aos desmandos da ditadura de 1964, como forma de problematizá-la articuladamente às lutas históricas pelo direito à cidade.

Referências bibliográficas

AMOROSO, Mauro. *Nunca é tarde para ser feliz?* A imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manhã. Curitiba: CRV, 2011.

_____. *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel*. 2012. Tese (Doutorado), PPGHPBC-CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2012.

ANCOP. *Dossiê megaeventos e violação dos direitos humanos no Brasil*. 2. ed. s.n.t.

AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luís Aureliano G. de. *Habitação e poder: da fundação da casa popular ao Banco Nacional da Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BRUM, Mario Sergio. “*O povo acredita na gente*”: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. 2006. Dissertação (Mestrado), PPGH-UFF, Niterói, 2006.

_____. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). *Cadernos Metrôpoles*, v. 14, n. 28, p. 357-380, 2012.

CAVALCANTI, Sandra. *Rio: viver ou morrer*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1978.

COHAB-GB. *Um programa que está sendo cumprido*. Relatório da COHAB-GB. Rio de Janeiro: Governo do Estado da Guanabara, 1969.

COSTA, Marcus de Lontra. Favelas, Rio: a terceira cidade do Brasil. *Revista Módulo*, Rio de Janeiro, n. 57, fev. 1980.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- FINEP-GAP. *Habitação popular/inventário da ação governamental*. Rio de Janeiro: Finep, 1983.
- FISCHER, Brodwyn. *A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth century Rio de Janeiro*. California: Stanford, 2008.
- GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980.
- GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas; PUC-Rio, 2013.
- HARVEY, David. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London: Verso, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MAUÉS, Flamarion. Os livros de denúncia de tortura após o golpe de 1964. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DO LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, II., 2009, Rio de Janeiro, UFF/LIHED, 2009.
- NUNES, Guida. *Rio, metrópole de 300 favelas*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *Favela: resistência pelo direito de viver*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- OLIVEIRA, Gil Vicente V. *Imagens subversivas: regime militar e o fotojornalismo do Correio da Manhã (1964-1969)*. 1996. Dissertação (Mestrado), PPGH-UFF, Niterói, 1996.
- PANDOLFI, Dulce; GRZYNSZPAN, Mario. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- _____. (org.). *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, v. 2, n. 3, 1989.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fabio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 207-241, 2012.
- ROLNIK, Raquel; MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro. 1979. Dissertação (Mestrado), Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1979.
- TRINDADE, Nísia. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. 1989. Dissertação (Mestrado), PPGSCP-IUPERJ, Rio de Janeiro, 1989.
- UPMMR. *Varal de lembranças: histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: SEC/MEC/FNDE, 1983.
- VALLA, Victor; GONÇALVES, João Ricardo. O período autoritário de remoções: destruindo a autoconstrução para ensinar a autoajuda. In: VALLA, Victor (org.). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro (1940-1985)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Recebido em 21/1/2014

Aprovado em 27/1/2014